



Apresentação

Antonio Teixeira de Barros¹

Cristiane Brum Bernardes²

Isabele Mitozo³

Maria Érica de Oliveira Lima⁴

Durante muito tempo os meios de comunicação de massa foram considerados um ponto cego nas teorias sobre democracia, fruto de uma visão de que os processos políticos e eleitorais não eram influenciados ou sofriam baixa influência dos conteúdos midiáticos (MIGUEL, 2000). Entretanto, essa percepção começou a mudar com a emergência das mídias eletrônicas, principalmente a TV. O processo de *interplay* entre mídias e políticas intensificou-se de forma radical com o surgimento da Internet, que permitiu a proliferação das mídias digitais.

A midiaticização da política tornou-se um dos fenômenos mais relevantes e mais desafiadores para as democracias contemporâneas, a ponto de emergir nas teorias políticas o conceito de *democracia de audiência* ou *democracia de públicos* (MANIN, 1995; 2013; URBINATI, 2006) ou *democracia de contato* (DEBRAY, 1993). Com o avanço das mídias digitais, esse processo acentuou-se ainda mais, em um espaço público interconectado por multirredes de interação.

¹ Doutor em Sociologia. Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados. Pesquisador do Instituto Nacional em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCTDD).

² Doutora em Ciência Política. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados. Pesquisadora do Instituto Nacional em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCTDD).

³ Doutora em Ciência Política. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Instituto Nacional em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCTDD).

⁴ Doutora em Comunicação Social. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará.

Nesse novo cenário, cada ator político torna-se um emissor midiático, assim como cada cidadão também atua como um *usuário-mídia* (TERRA, 2011). Isso significa um declínio do poder de mediação dos veículos convencionais e um exponencial aumento do poder das mídias digitais, que passaram a exercer grande relevância na comunicação política atualmente, inclusive nos contextos não eleitorais. Aliás, esse é um diferencial desse novo cenário tecnológico. No passado a força da comunicação política era muito mais expressiva durante os períodos eleitorais. Agora, tais mídias exercem influência constante, ampliando os espaços de discussão política de forma contínua, como se as campanhas eleitorais nunca fossem interrompidas.

No caso específico dos parlamentos, as tecnologias permitem cada vez abertura, por meio das ferramentas de transparência, dados abertos e meios de interação e participação. Assim, as mídias digitais contribuem para reduzir déficits democráticos, além de promover maior engajamento de públicos interessados nas diferentes agendas que passam pelas instituições legislativas. Embora não sejam uma panaceia, essas ferramentas são cada vez mais valorizadas como objeto de estudo na área da comunicação política, um campo crítico cuja agenda de pesquisa tem privilegiado também as limitações e principalmente as assimetrias de informação entre representantes e representados e também entre os diversos segmentos da sociedade.

Com o propósito de aprofundar o debate sobre essas questões a revista *E-Legis* lança o dossiê **Parlamento, Mídia e Sociedade**. O dossiê contempla as várias tendências e perspectivas de pesquisa com interfaces entre parlamentos e mídias, incluindo preferencialmente pesquisas empíricas. Abrindo o dossiê temos a contribuição de Francisco Cláudio Corrêa Meyer Sant'Anna, *A experiência da TV Senado e os desafios das emissoras legislativas no Brasil*. A partir da experiência da TV Senado e de suas pesquisas sobre comunicação pública, o autor analisa os desafios das emissoras de televisão das instituições legislativas na atualidade. Entre esses desafios o autor aponta a autonomia dos profissionais dessas emissoras, o compromisso com um projeto efetivo de comunicação pública e o uso das tecnologias digitais.

No segundo artigo, Fernando Oliveira Paulino, *As tvs legislativas como instrumento de promoção do pluralismo e da diversidade*, discute o papel das emissoras legislativas de televisão, a partir da experiência dos 20 anos da TV Câmara, no contexto democrático brasileiro, com ênfase para o papel dessas emissoras no debate público baseado no pluralismo de ideias e opiniões.

Ainda sobre emissoras de instituições legislativas, Rachel Barreto assina *Transmissões ao vivo nas TVs legislativas: das exigências de transparência aos desafios atuais*. O pressuposto é que a transparência é a justificativa para a criação e a própria existência das TVs legislativas. Apesar disso, a relação entre transmissões ao vivo e transparência não é direta e linear, mas ambivalente. O artigo discute essa relação a partir de quatro eixos principais: os impactos da introdução de câmeras nos parlamentos; a programação das emissoras legislativas; a linguagem das transmissões ao vivo; e o hermetismo dos procedimentos legislativos. Ao final, são abordadas algumas inovações tecnológicas recentes, que prescindem da mediação jornalística para garantir a transparência dos parlamentos, e os desafios que elas colocam às emissoras legislativas.

Antonio Teixeira Barros, Adriana Resende Monteiro e Miguel Gerônimo da Nóbrega Netto assinam o artigo *Política, Burocracia e Mídia: Lutas simbólicas em torno da divulgação das audiências públicas na Câmara dos Deputados*. O texto analisa as lutas simbólicas em torno da definição e reformulação da política de divulgação jornalística das audiências públicas realizadas pela Câmara dos Deputados, no período de 2000 a 2014. Os autores chamam atenção para a existência de um processo multifatorial de lutas simbólicas, em várias etapas, envolvendo redefinições e negociações constantes entre os gestores da informação e os representantes das comissões que promovem as audiências públicas, incluindo os próprios parlamentares e o corpo funcional das comissões envolvido nos debates.

Gabinetes digitais: o papel da comunicação online na rotina parlamentar apresenta a contribuição de Márcio Carlomagno, Fernando Wisse e Sérgio Braga. O estudo investiga a utilização de ferramentas digitais pelos gabinetes parlamentares na Câmara dos Deputados. A base empírica tem como suporte um *survey* com as assessorias de comunicação dos parlamentares. As conclusões mostram que as tecnologias impactam não somente as relações externas ao gabinete, mas a própria rotina interna de trabalho.

Andressa Buttore Kniess colabora com *Como se informa, deputado? hábitos de uso dos media por parte dos deputados estaduais do Paraná*. O artigo propõe três objetivos: investigar quais instituições jornalísticas são mais utilizadas por parlamentares com a finalidade de consumir informações; verificar o grau de confiança que os representantes relatam depositar nos *media*; e examinar o grau de eficiência que deputados atribuem a diferentes plataformas midiáticas com vistas à autopromoção; a partir dos resultados de um *survey* presencial aplicado aos deputados que exerciam mandato na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) em 2016.

Na sequência temos o texto de Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, Rosemary Segurado, Pedro Malina *Cidadãos e contestação pública: ampliando os limites da participação política no Brasil*. O artigo apresenta os resultados de pesquisa cujo objetivo foi compreender as novas formas de participação política no Brasil no que tange dimensões à efetivação da democracia. Para isso, analisou as ações de cidadãos e movimentos sociais que no Senado Federal contestaram leis sobre direitos e usos da maconha no Brasil. Os grupos analisados têm, nos usos da internet e do ciberativismo, o intuito de promover um debate amplo sobre a maconha através de seu engajamento político. Os resultados indicam ampliação do diálogo entre instituições políticas e a sociedade civil e, ao mesmo tempo, limitações dos arranjos institucionais para fortalecimento da democracia.

REFERÊNCIAS

DEBRAY, Régis. **Curso de midiologia geral**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. **Novos estudos CEBRAP**, n. 97, p. 115-127, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, n. 49, p. 51-77, 2000.

TERRA, Carolina Frazon; CORREA, Elizabeth Saad. Usuário-mídia: a relação entre a comunicação organizacional e o conteúdo gerado pelo internauta nas mídias sociais. 2011.
URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática. **Lua Nova**, v. 67, n. 7, p. 191-228, 2006.